

**CONTRATO DE PERÍODO EXPERIMENTAL E DE TRABALHO**

Código Depto: 060.01.03.422

Depto: M&amp;G INDIRETO

Chapa:16109

NOME DO EMPREGADO	CARGO	SALÁRIO	DATA ADMISÃO
ABDENEGO H DA S ALBUQUERQUE	Auxiliar Administrativo	1.306,92	20/07/2015

Que fazem entre si, de um lado a empresa Gafor SA, com sede à Rodovia Pe 60, Km 10, S/N O SALA 24 / Ipojuca S/N, Ipojuca /PE, simplesmente de EMPREGADORA e, de outro lado o (a) Sr. (a) ABDENEGO H DA S ALBUQUERQUE, portador da CTPS nº 027005- série 000089-PECarteira de Identidade: 8476536 denominado (a), a de agora em diante, de EMPREGADO (A), resolvem, de comum acordo, firmarem o presente Contrato de Período Experimental de Trabalho que será regido pelas seguintes.

**Cláusulas e condições:**

0416449

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PERÍODO EXPERIMENTAL**

O (a) Empregado(a) será submetido a um período denominado de experimental de 45 (quarenta e cinco) dias, a ser iniciado em 20/07/2015, e encerrado em 03/09/2015 destinado a avaliação mútua das condições, localização, ambiente e cultura da Empregadora e a adaptação, produtividade, qualidade, sociabilidade e relacionamento do(a) Empregado(a).

§ 1º - Se o contrato descrito no "caput" desta cláusula continuar após essa data, considerar-se-á, prorrogado automaticamente por mais 45 (quarenta e cinco dias), terminando em 17/10/2015.

§ 2º - Durante a vigência do período experimental, a parte que vier a tomar a iniciativa de encerrar o contrato, estará obrigada a indenizar a outra pelo período que restar do contrato, calculado pela metade, conforme os termos do Art. 479 da CLT.

§ 3º - Findo o período de 90 (noventa) dias sem que quaisquer das partes se manifestem quanto ao término da relação em-

pregatícia, este contrato de trabalho passará a ser por prazo indeterminado, dando por encerrado, o período experimental.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DO CONTRATO**

O (a) Empregado (a) é contratado (a) para assumir as atribuições e responsabilidades do cargo de **Auxiliar Administrativo**, devendo executar, também, tarefas corretas e complementares compatíveis com suas funções ou, que decorram de necessidades esporádicas ou específicas, eventos não previstos, além de casos fortuitos e de força maior.

§ 1º - O salário será de R\$ 1306,92 (UM MIL TREZENTOS E SEIS REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS), por mês.

§ 2º - O (a) Empregado (a) poderá ser transferido do local onde originalmente foi contratado (a) ou estiver trabalhando, para qualquer outro onde a Empregadora mantiver ou vier a manter contrato, em função de reais necessidades do cliente ou dos serviços a cargo da Empregadora, sem que essa transferência, sirva de fundamento para a reivindicação de quaisquer vantagens salariais ou remuneratórias, seja a que título for.

§ 3º - O contrato de trabalho será sempre regido pelas regras e peculiaridades vigentes na localidade em que o (a) Empregado (a) estiver prestando serviço.

§ 4º - Configurada e aperfeiçoada a transferência, deixam de ter validade e de produzir efeitos as regras vigentes na localidade anterior em que o (a) Empregado (a) estava trabalhando.

§ 5º - O (a) Empregado (a) fica ciente das Normas de Segurança que regulam as atividades que estiver executando, comprometendo-se a observar, com rigor, suas regras, em especial, as que dizem respeito a segurança, uso de todos os equipamentos fornecidos pela Empregadora, sob pena de ser punido com falta grave conforme dispõe o Art. 482 da CLT.

§ 6º - O enquadramento sindical será o do local em que o (a) Empregado (a) estiver registrado, seja ele Matriz ou Filial, mesmo porque o Motorista exerce atividades externas que implicam em movimentação por um grande número de localidades e bases territoriais sindicais, devendo o referido enquadramento prevalecer sobre quaisquer outros, por mais privilegiados

que possam vir a ser.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA JORNADA DE TRABALHO

O horário de trabalho será o Seguinte: 5x2 08:00 13:00 14:00 17:48.

### CLÁUSULA QUARTA - RESPONSABILIDADE POR DANOS


O (a) Empregado (a) responderá por prejuízos que vier a causar ao patrimônio da Empregadora ou de terceiros, desde que fique configurada sua culpa em decorrência de negligência, imperícia ou imprudência, comprometendo-se a ressarcir os danos causado

§ 1º - O ressarcimento poderá ser feito através de desconto na remuneração ou renda do (a) Empregado (a) ou retenção de seus haveres trabalhistas, em caso de rompimento de seu contrato de trabalho.

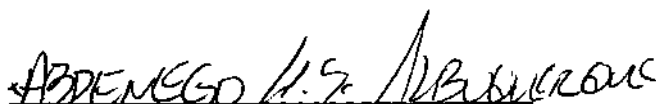
§ 2º - O ressarcimento dos prejuízos diz respeito exclusivamente a reparação dos danos causados, podendo a Empregadora, também, aplicar outras punições cabíveis em cada caso.

E, por estarem justos, acordados e de pleno conhecimento do teor de todas as cláusulas, as partes firmam o presente contrato, na presença de 2 (duas) testemunhas para que produza todos os efeitos de direito.

Ipojuca, 20/07/2015

  
Priscila S. Anselmo  
Analista RH  
Gafor S.A.

TESTEMUNHA 1

  
ABDENEGO H DA S ALBUQUERQUE

TESTEMUNHA 2



0416450